



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020



Poder Judiciário
Estado do Espírito Santo

Dez/2015



MESA DIRETORA

Biênio 2014-2015

Presidente	Des. Sérgio Bizzotto Pessoa de Mendonça
Vice-Presidente	Des ^a . Catharina Maria Novaes Barcellos
Corregedor Geral	Des. Carlos Roberto Mignone

Desembargadores

Des. Adalto Dias Tristão
Des. Manoel Alves Rabelo
Des. Pedro Valls Feu Rosa
Des. Álvaro Manoel R. Bourguignon
Des. Annibal de Rezende Lima
Des. Sérgio Luiz T. Gama
Des. Samuel Meira Brasil Júnior
Des. Ney Batista Coutinho
Des. José Paulo Calmon N. da Gama
Des. Carlos Simões Fonseca
Des. Namyr Carlos de Souza Filho
Des. Dair José Bregunze de Oliveira
Des. Telêmaco Antunes de Abreu Filho
Des. Willian Silva
Des^a. Eliana Junqueira Munhós Ferreira
Des^a. Janete Vargas Simões
Des. Wallace Pandolpho Kiffer
Des. Jorge do Nascimento Viana
Des. Fernando Estevam Bravin Ruy
Des. Ewerton Schwab Pinto Júnior
Des. Fernando Zardini Antonio
Des. Arthur José Neiva de Almeida
Des. Jorge Henrique Valle dos Santos
Des^a. Elisabeth Lordes

Supervisão
Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica
apoge@tjes.jus.br

Equipe Técnica

Adriano Vieira Spessimilli
Carlos Vinicius de Arimatea
Daniel Antonio Sarmento
Daniele Simões Lima
Fábio Santana Vieira
José Adriano Pereira
Magno dos Santos Neto
Maria Elysa Gonçalves de Souza
Pedro Paulo Gondin Simmer
Raquel Azevedo Dutra
Renata de Souza Santos
Simone Caliman Rangel

A principal marca desse novo ciclo do planejamento foi com certeza a ampla e irrestrita participação. Desde o primeiro momento, houve a preocupação em permitir que qualquer cidadão, magistrado ou servidor pudesse participar de todo o processo. Não apenas isso. Buscamos essa participação a todo instante. Por isso, o Planejamento Estratégico 2015-2020 foi construído com base em muita discussão, comprometimento, repetidos ajustes e muito esforço. Este documento, portanto, é a face visível de um trabalho bastante profundo que deixou a Instituição mais integrada, mais engajada e mais direcionada para a entrega de resultados para a sociedade. Agradecemos a todos que puderam contribuir com a elaboração deste que é o nosso Planejamento Estratégico 2015-2020.

Vamos à execução!

Adriano Vieira Spessimilli
Assessor de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica



Sumário

06	Mapa Estratégico
08	Missão e Visão
09	Objetivos Estratégicos
09	Sociedade
10	Iniciativas Estratégicas
11	Processos
16	Pessoas
18	Orçamento e Infraestrutura
20	Planejamento Estratégico
20	Definição
21	Histórico
22	Metodologia
23	Workshops
24	Participação
25	Mapas Setoriais
40	Priorização
41	Critérios de Avaliação
45	Ordem de Priorização
51	Monitoriamento
53	Contato



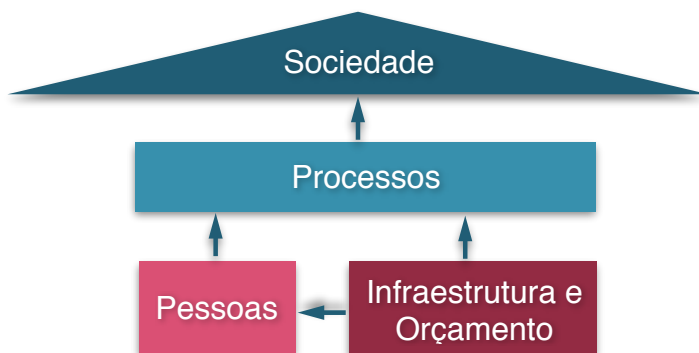
MAPA ESTRATÉGICO

Com o Planejamento Estratégico definido, o Poder Judiciário Capixaba explicita quais objetivos estratégicos buscará alcançar entre 2015 e 2020.

Dessa forma, magistrados e servidores passam a contar com uma sinalização clara das iniciativas que deverão ser priorizadas nesse período e de que maneira cada um poderá colaborar para que a estratégia seja executada com êxito.

Para o cidadão, o Planejamento Estratégico é também um instrumento imprescindível de controle social. Além de ampliar a transparência e melhorar a gestão de recursos públicos, essa ferramenta permite o monitoramento da efetividade, da eficiência e da eficácia das atividades do Poder Judiciário.

Os Objetivos Estratégicos estão agrupados de acordo com as 4 perspectivas estabelecidas no Mapa Estratégico:



A cadeia lógica expressada no Mapa Estratégico indica que atingir os objetivos da perspectiva de Infraestrutura e Orçamento contribui para que se atinjam os objetivos da perspectiva de Pessoas, que, por sua vez, constroem uma base para que se atinjam os objetivos ligados à perspectiva de Processos. Os objetivos da perspectiva Sociedade serão alcançados como consequência.

VISÃO – “Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência”

MISSÃO – “Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Processos

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Implantar a Governança Judiciária

Combater a corrupção e a improbidade

Implantar a Governança de TI

Pessoas

Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

Orçamento e Infraestrutura

Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Implantar gestão de custos

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

O propósito do Poder Judiciário do Espírito Santo é:

“
Assegurar a todos, indistintamente, a solução adequada dos conflitos apresentados à justiça Capixaba de forma acessível, célere e efetiva, contribuindo para a promoção da paz social e fortalecimento do Estado Democrático de Direito

”

(missão)

Até 2020, o Poder Judiciário traçou estratégias para:

“
Ser uma instituição que promove a justiça para todos com credibilidade e gestão de excelência

”

(visão)



OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os principais objetivos estratégicos a serem atingidos no Planejamento Estratégico 2015-2020 foram consolidados em duas grandes entregas para a sociedade:

Garantia de acesso à justiça

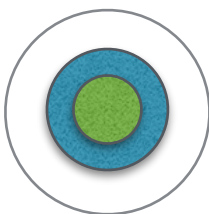
Solução das demandas de forma efetiva,
adequada e em tempo razoável

Essas duas entregas para a sociedade nortearam o desdobramento dos demais objetivos estratégicos que, por sua vez, deverão ser alcançados à medida que forem executadas as iniciativas estratégicas elaboradas em cada objetivo.

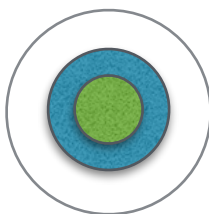
INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Cada objetivo estratégico possui um conjunto de iniciativas estratégicas que visam atingir aquele determinado objetivo.

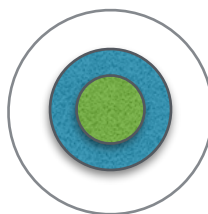
Objetivo
Estratégico



Objetivo
Estratégico

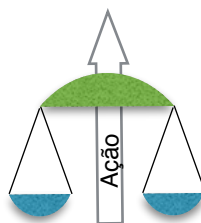
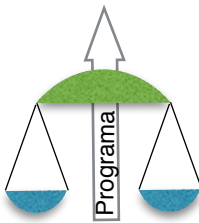
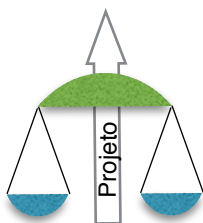


Objetivo
Estratégico



Para atingir os objetivos estratégicos, foram formuladas 97 iniciativas estratégicas com base nas 1.326 medidas sugeridas por magistrados e servidores durante o processo de elaboração da estratégia.

Essas iniciativas foram priorizadas pela Administração e deverão transformar-se em Programas, Projetos e Ações do Planejamento Estratégico 2015-2020.



Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
13	Elaborar e implementar programa de comunicação visando a disseminação de todas as informações necessárias à efetividade da tramitação processual
14	Elaborar e implementar programa de educação e sensibilização de utilização sustentável dos recursos materiais
15	Elaborar e implementar projeto de monitoramento sobre os custos de funcionamento das unidades judiciárias
38	Elaborar e implementar programa de capacitação dos servidores e magistrados para atividade judiciária
43	Aprimorar o sistema de logística de tramitação processual no primeiro e segundo graus
53	Implantar gestão coordenada de alterações na tramitação de processos

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
10	Programa de atualização dos processos de trabalho
25	Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar sua utilização
31	Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade
51	Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade

Estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
4	Criar Normas Internas para estímulo aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos
6	Implementar Cultura de Pacificação Social
8	Criar e Implantar os CEJUSC's (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania)
9	Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores e conciliadores em parceria com o CNJ
21	Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização
88	Reorganizar a Estrutura (Física, Tecnológica e de Pessoal) para funcionamento do NUPEMEC como órgão Gestor da Política de Pacificação Social

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
11	Plano de Comunicação visando à divulgação das Ações Institucionais e Sociais do Poder Judiciário
22	Capacitar o público interno - servidores e magistrados - para o relacionamento com os públicos
52	Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna do Poder Judiciário

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
12	Estruturar e unificar o sistema virtual de acesso à justiça
19	Integrar os CEJUSC's aos outros órgãos do Poder Judiciário
28	Capacitar os servidores para atendimento e triagem
49	Estruturar e ampliar as centrais de abertura de processos dos juizados especiais

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
2	Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas
7	Priorizar atuação de forma pré-processual
17	Atuar na gestão de conflitos coletivos
24	Aprimorar realização de mutirões
30	Criar estrutura física e de pessoal para a manutenção das atividades do Núcleo
34	Adequar sistemas eletrônicos à tramitação e julgamento concentrado das ações
36	Diagnosticar e mapear as demandas repetitivas dos grandes litigantes
44	Implantar programa de capacitação para atuação específica com demandas de massa
46	Incentivar a participação de instituições de ensino e pesquisa nas atividades do Núcleo
50	Reorganizar as Centrais de Abertura de Processos
89	Aprimorar as atividades do NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos)

Implantar a Governança Judiciária

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
33	Mapear, padronizar e aperfeiçoar os processos de trabalho
37	Redesenhar a estrutura judiciária
39	Instituir Código de Ética e Conduta no PJES
59	Implantar gerenciamento de projetos
66	Implantar regimento interno administrativo
68	Redesenhar a estrutura administrativa
77	Reestruturar as áreas de planejamento e de controle de gestão
80	Elaborar e Implementar Programa de Gestão da Mudança
91	Dinamizar canais de comunicação com as partes interessadas
94	Desenvolver sistema de liderança

Implantar a Governança de TI

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
1	Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura organizacional
16	Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk
20	Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI
42	Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação
61	Implantar o Gerenciamento de Projetos
63	Implantar o Gerenciamento de Processos

Combater a corrupção e a improbidade

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
29	Elaborar e implementar programa de reforço em unidades judiciárias com elevado número de processos pendentes de julgamento
35	Programa de diagnóstico e fiscalização dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública
54	Elaborar e implementar programa de capacitação para combate à improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública
67	Instituir parcerias com instituições públicas e privadas para realização de perícias técnicas
69	Programa de divulgação do andamento dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública
85	Definir critérios de priorização e estabelecer metas internas de julgamento de processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública



Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
26	Implantar sistema de automatização de gestão da capacitação e do desempenho por competência
27	Implantar sistema de automatização de processos de administração e de gestão de pessoas
32	Implantar política de priorização do 1º grau
40	Desenvolver um programa de capacitação e formação de magistrados e servidores
48	Adequar quadro de pessoal
60	Elaborar e implantar programa de gestão de conflitos
62	Criar modelo com foco na gestão da informação para orientação aos magistrados e aos servidores
64	Estruturar a unidade gestora de pessoas
65	Implantar regimento interno administrativo de gestão de pessoas
70	Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais
71	Implantar programa de desligamento voluntário
74	Reorganizar as atividades de administração de pessoal visando a descentralização das atividades operacionais
75	Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos trabalhadores
76	Criar programa sobre assédio moral



Implantar o modelo de gestão de pessoas por competência

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
78	Fortalecer relação com entidades classistas
81	Criar programa de incentivos por produtividade
83	Aperfeiçoar o plano de cargos, vencimentos e benefícios dos servidores
87	Priorizar a segurança e saúde ocupacional com foco na prevenção
90	Implantar central de atendimento de magistrados e servidores
92	Desenvolver programa de preparação de sucessores
95	Aprimorar o programa de gestão de desempenho



Assegurar sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
5	Convergir e integrar os sistemas legados
18	Implantar o Processo Judicial Eletrônico
23	Atualizar o parque tecnológico
41	Implantar projeto Datacenter backup visando a Gestão de Continuidade de Negócio
55	Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
5	Aperfeiçoar a metodologia de estimativa da despesa

Implantar gestão de custos

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
73	Revisar e aperfeiçoar o controle orçamentário
82	Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos
84	Instituir programa de capacitação em Gestão de Custos

Dispor de infraestrutura que satisfaça as exigências operacionais

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
45	Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário
47	Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em um plano de obras até 2020
56	Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado em plano de obras até 2020
57	Estabelecer novas infraestruturas judiciárias para atender as necessidades operacionais atuais
72	Estabelecer nova estrutura física para o fórum de Vitória
79	Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória
93	Elaborar e implementar projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o Sistema de Compras
96	Plano de Logística Integrado e de Manutenção Preventiva
97	Construir uma sede administrativa

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

Prioridade	INICIATIVA ESTRATÉGICA
3	Assegurar de forma suficiente os recursos do Tesouro Estadual
86	Otimizar o sistema de arrecadação de recursos próprios

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Definição

O Planejamento Estratégico é uma importante ferramenta de gestão utilizada no âmbito do Poder Judiciário do Espírito Santo, destinada a coordenar esforços em torno de objetivos traçados para um determinado período de tempo.

Trata-se de um processo de tomada de decisões, dentre alternativas ou cenários elaborados, com objetivo de alcançar o futuro desejado para a organização. Planejar precede a ação. Decide-se o que, quando e como fazer antes de executar.

Por meio do Planejamento Estratégico, o Poder Judiciário Capixaba alinha-se aos objetivos do judiciário nacional, atua de forma pró-ativa na construção de um futuro melhor, além de aumentar a efetividade de suas ações e a eficiência na aplicação de seus recursos.

O Planejamento Estratégico é um processo contínuo composto das seguintes fases:



Histórico

Em 2014, o Poder Judiciário do Espírito do Santo iniciou uma nova fase de elaboração do Planejamento Estratégico, que resultou em uma revisão de seu Plano Estratégico para abranger um novo período: 2015-2020.

Nesse novo esforço, buscou-se elaborar um Plano Estratégico que tivesse como principal característica a ampla possibilidade de participação, não apenas de servidores e magistrados, mas também dos operadores do direito e de toda a sociedade.

Além disso, agregou-se às metodologias já consagradas de Planejamento Estratégico, a ferramenta de Cenários Prospectivos pelo Método Grumbach, permitindo que o Poder Judiciário Capixaba se antecipe, de forma pró e pré ativa, aos desafios do futuro.

Linha do Tempo do Planejamento Estratégico



O resultado foi sintetizado na construção de um mapa estratégico alicerçado por abrangentes diagnósticos internos e externos, que considera as especificidades do ambiente em que está inserido o Poder Judiciário Capixaba e que está alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020.

O realinhamento do Plano Estratégico do Poder Judiciário do Espírito Santo para o período 2015/2020 foi aprovado por decisão do Egrégio Tribunal Pleno, em sessão realizada em 26 de março de 2015, que fundamentou a edição da Resolução 010/2015.

Metodologia

A metodologia escolhida para a elaboração do Planejamento Estratégico 2015-2020 foi o método Grumbach, idealizado pelo brasileiro Raul Grumbach.

Esse modelo preceitua etapas que progressivamente foram produzindo um sistema de gestão estratégica específico para a realidade do Poder Judiciário Capixaba.

O método aprimora a gestão estratégica de médio e longo prazos porque utiliza as ferramentas básicas de planejamento estratégico tradicionais, como o Balanced ScoreCard, mas inova ao agregar a metodologia de cenários prospectivos, gerados com Simulação Monte Carlo.

Nessa abordagem, adota-se o enfoque sistêmico, em que a instituição é tratada como um organismo que influencia e é influenciado pelo seu ambiente.

Por isso, realiza-se uma análise da postura estratégica de outros atores face aos cenários alternativos possíveis, empregando princípios de Teoria dos Jogos.

Dessa forma, são identificadas parcerias estratégicas que permitem que a Instituição passe de uma postura pré-ativa para uma postura pró-ativa, em direção a construção de um futuro melhor.

Em todas as etapas do processo de elaboração do Planejamento Estratégico, houve a transferência de tecnologia para a equipe técnica do Poder Judiciário Capixaba, o que proporciona autonomia na condução do sistema de gestão estratégica elaborado.

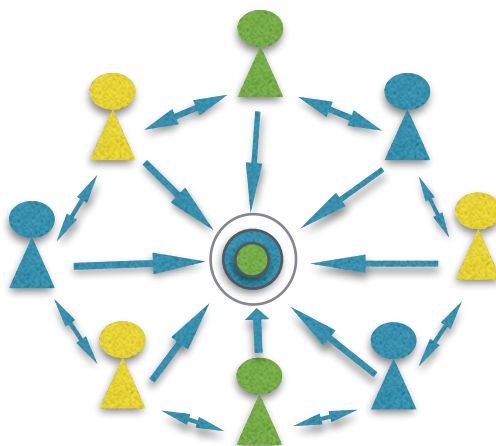
Workshops

A elaboração do Planejamento Estratégico foi desenvolvida em Oficinas de Trabalho (Workshops).

Nesses Workshops, buscavam-se dois objetivos: alinhar o conhecimento da Instituição acerca da ferramenta e desenvolver um subsídio específico que seria utilizado na construção do Plano Estratégico 2015-2020.

Ao longo de 10 meses de trabalho, foram realizados 13 Workshops cujos produtos incluem:

- Identificação do Sistema Judiciário Capixaba
- Diagnóstico Estratégico
- Elaboração de Eventos Futuros relevantes para o Poder Judiciário do Espírito Santo
- Pesquisa Delphi
- Avaliação de Impactos Cruzados
- Geração de Cenários Prospectivos
- Análise Prospectiva
- Alinhamento Estratégico



Participação



Em todo o processo, buscou-se elaborar um Planejamento Estratégico marcado pela participação. Por isso, todos os Workshops estavam abertos a participação de qualquer servidor ou magistrado do Poder Judiciário do Espírito Santo.

Além disso, por meio de um software online, podia-se colaborar com o Plano Estratégico em construção de qualquer localidade, desde que houvesse acesso a internet.

Externamente, o Poder Judiciário Capixaba contou com a participação de especialistas em diversas áreas de conhecimento. Eles responderam a uma Pesquisa Delphi sobre os desafios que o Poder Judiciário Capixaba vai enfrentar nos próximos anos.

Essa pesquisa foi também aberta à sociedade em geral, que bastava efetuar um cadastro no Portal do Poder Judiciário do Espírito Santo para colaborar com o Planejamento Estratégico.

Todo esse importante processo de elaboração foi sintetizado em um mapa estratégico, que comunica a missão e a visão do Poder Judiciário Capixaba, além de explicitar os objetivos estratégicos da Instituição para o sexênio 2015-2020.

MAPAS SETORIAIS

Com base no mapa estratégico institucional, cada setor do Poder Judiciário Capixaba elaborou um Mapa Estratégico próprio.

Esse desdobramento é importante porque explicita como cada setor contribuirá para o alcance dos objetivos institucionais.

MAPA SETORIAL

Assessoria de Cerimonial e Relações Públicas

VISÃO – “Ser uma Assessoria de excelência e referência nacional em relacionamento Institucional no setor público.”

MISSÃO – “Assessorar nas atividades de Relações Públicas, Cerimonial e Protocolo para estabelecer e manter um relacionamento de confiança e de diálogo com os públicos do Poder Judiciário Estadual”

Sociedade

Garantia de acesso
à justiça

Solução das demandas de forma efetiva,
adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Melhoria da imagem Institucional

Relacionamento otimizado com os públicos do Judiciário

Processos Internos

Contribuir para aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado,
operadores do direito e a sociedade

Aperfeiçoar as relações
interinstitucionais

Auxiliar na otimização e no
incremento das possibilidades de
acesso a justiça

MAPA SETORIAL

Assessorial de Imprensa e Comunicação Social

VISÃO – “Ser referência na área de imprensa e comunicação social no setor público”

MISSÃO – “Assessorar os processos de comunicação interna e externa e produzir conteúdos informativos multimídias a fim de contribuir com a interação do Poder Judiciário com os públicos de interesse”

Sociedade

Garantia de acesso
à justiça

Solução das demandas de forma efetiva,
adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Melhoria da imagem do Poder Judiciário

Publicidade às ações do Poder Judiciário

Processos Internos

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, os
operadores do direito, a sociedade e a imprensa

Contribuir para a
implantação da
Governança Judiciária

Contribuir para o desenvolvimento da
tramitação dos processos judiciais
com efetividade

MAPA SETORIAL

Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica

VISÃO – “Ser reconhecida como uma unidade de excelência na gestão da estratégia e do orçamento no âmbito dos tribunais de médio porte”

MISSÃO – “Assessorar a Presidência na gestão da estratégia e do orçamento do PJES, a fim de contribuir nas tomadas de decisão”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Processo de gestão da estratégia

Informações orçamentárias, financeiras e de gestão estratégica confiáveis à tomada de decisão

Processos Internos

Contribuir para a implantação da Governança Judiciária

Orçamento

Contribuir para o estabelecimento da gestão de custos

Otimizar a aplicação dos recursos financeiros

Incrementar os recursos do Poder Judiciário

MAPA SETORIAL

Assessoria de Segurança Institucional

VISÃO – “Ser referência no planejamento e gestão da política de segurança institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, no âmbito da administração pública estadual, garantindo sensação de segurança aos magistrados, servidores e jurisdicionados”

MISSÃO – “Planejar e gerir a política de segurança institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, proporcionando segurança a todos os magistrados, servidores e jurisdicionados”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Garantia de unidades judiciárias providas da quantidade adequada de vigilantes

Acesso rápido e eficiente às unidades judiciárias através do sistema de controle de acesso nas portaria

Unidades judiciárias devidamente providas de sistemas de segurança eletrônica conforme grau de risco

Processos Internos

Aprimorar o relacionamento com a sociedade através da abertura de canais de relacionamento para avaliar os serviços de controle de acesso (portaria) e vigilância armada das unidades

Contribuir no combate a corrupção e a improbidade com o aprimoramento da gestão dos contratos de serviços terceirizados

Planejar investimentos em sistemas de segurança eletrônica para aumentar a produtividade da Assessoria de Segurança Institucional

Orçamento e Infraestrutura

Contribuir com infraestruturas físicas que satisfaçam as exigências operacionais

MAPA SETORIAL

Corregedoria Geral de Justiça

VISÃO – “Ser reconhecida como órgão de referência, no setor público estadual, na orientação e fiscalização administrativa, judicial e disciplinar”

MISSÃO – “Desenvolver ações administrativas de orientação, fiscalização e implementação de ações preventivas e disciplinares dos serviços públicos prestados, fortalecendo e valorizando servidores e magistrados”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Orientação e Instrução a Servidores e Magistrados

Fiscalização das Unidades Judiciais e Extrajudiciais

Processos Internos

Contribuir para o desenvolvimento da tramitação dos processos judiciais com efetividade

Colaborar para elevar a produtividade do Poder Judiciário

Contribuir com a implantação da Governança Judiciária terceirizados

Contribuir com a otimização e o incremento das possibilidades de acesso à justiça

Contribuir com o combate à corrupção e à Improbidade

Orçamento e Infraestrutura

Colaborar para o incremento dos recursos para o Poder Judiciário

MAPA SETORIAL

EMES - Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo

VISÃO – “Ser reconhecida como escola de referência no contexto das escolas judiciais brasileiras”

MISSÃO – “Promover ações e estratégias de formação inicial e continuada de magistrados e servidores”

Sociedade

Garantia de
acesso à justiça

Solução das demandas de forma
efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder
Judiciário

Magistrados e Servidores capacitados

Processos Internos

Contribuir com o desenvolvimento
da tramitação dos processos
judiciais com efetividade

Contribuir com o
aprimoramento do
relacionamento com o
jurisdicionado, operadores
do direito e a sociedade

Contribuir com o gerenciamento
das demandas repetitivas e de
grandes litigantes

Contribuir com o combate à
corrupção e à Improbidade

Pessoas

Contribuir com a
implantação de um modelo
de gestão de pessoas por
competência

Orçamento e
Infraestrutura

Contribuir com a
implantação da gestão
de custos

MAPA SETORIAL

Núcleo de Estatística

VISÃO – “Ser uma Unidade de excelência, no âmbito do Poder Judiciário de médio porte, na prestação de dados e informações”

MISSÃO – “Realizar levantamento de dados do Poder judiciário do Estado do Espírito Santo e fazer demonstrações analíticas da evolução destes para apoiar a tomada de decisão”

Sociedade

Garantia de
acesso à justiça

Solução das demandas de forma
efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder
Judiciário

Aumento a confiabilidade
dos dados

Ampliação da utilização da
ferramenta B.I.

Processos Internos

Desenvolver a tramitação dos
processos administrativos com
efetividade

Contribuir para o aumento da
produtividade do
Poder Judiciário

Aprimorar o relacionamento com o
jurisdicionado, operadores do direito
e a sociedade como um todo

Apoiar a implantação da
Governança Judiciária

Contribuir para o
gerenciamento das demandas
repetitivas de grandes litigantes

Auxiliar no
combate a corrupção e a
Improbidade

Orçamento e
Infraestrutura

Contribuir para a otimização da aplicação dos
recursos financeiros

MAPA SETORIAL

Secretaria de Controle Interno

VISÃO – “Ser reconhecida como referência em termos de controle interno no âmbito estadual”

MISSÃO – “Fiscalizar e controlar a gestão administrativa do Poder Judiciário Estadual, buscando o fortalecimento dos controles internos e a transparência dos atos de gestão”

Sociedade

Garantia de
acesso à justiça

Solução das demandas de forma
efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder
Judiciário

Fortalecimento dos
controles internos
administrativos

Garantia da regularidade,
eficiência e eficácia dos atos
de gestão

Processos
Internos

Contribuir para
combater a corrupção e a
improbidade

Contribuir com a
implantação da
Governança Judiciária

MAPA SETORIAL

Secretaria de Engenharia, Gestão Predial e Manutenção

VISÃO – “Ser reconhecido como órgão eficiente em realização de projetos e manutenção predial no âmbito do poder público estadual”

MISSÃO – “Prover o Poder Judiciário do E.S. de infraestrutura física adequada ao bom desempenho das atividades e melhor atendimento ao cidadão”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Acesso às unidades do Poder Judiciário

Estruturas físicas adequadas

Processos Internos

Contribuir para elevar a produtividade do poder Judiciário

Contribuir para otimização e incremento das possibilidades de acesso à justiça

Contribuir para estruturar o sistema de meios alternativos de solução de conflitos

Contribuir para a implantação da Governança Judiciária

Contribuir para a implantação da Governança de TI

Orçamento e Infraestrutura

Contribuir com o desenvolvimento de sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Disponer de infraestruturas físicas que satisfaçam as exigências operacionais

MAPA SETORIAL

Secretaria de Finanças e Execução Orçamentária

VISÃO – “Ser reconhecida como órgão de excelência na gestão contábil e patrimonial e na gestão da execução orçamentária e financeira do PJES, com foco na inovação, no planejamento, no resultado, na transparência, na qualidade dos serviços prestados e do atendimento ao público e na valorização do servidor”

MISSÃO – “Gerir e controlar os atos afetos à execução orçamentária e financeira de forma a suportar as estratégias do PJES e executar a sua contabilidade”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Informações orçamentárias, financeiras, contábeis e patrimoniais disponíveis

Recursos orçamentários e financeiros disponíveis à execução da estratégia do Poder Judiciário

Processos Internos

Contribuir com o combate à corrupção e à Improbidade

Identificar e gerenciar os riscos a que está sujeita a SFE0

Elevar a produtividade e a qualidade da SFE0

Colaborar à celeridade e efetividade dos processos administrativos

Contribuir para o desenvolvimento da tramitação dos processos judiciais com efetividade

Pessoas

Motivar os servidores à execução da estratégia da SFE0

Orçamento e Infraestrutura

Colaborar à otimização na aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do PJES

Promover a correta aplicação dos recursos orçamentários e financeiros do PJES

Colaborar para o estabelecimento da gestão de custos no PJES

Realizar a contabilidade, mantendo controle e registro dos atos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial

Disponibilizar sistemas de TI adequados às atividades da SFE0

MAPA SETORIAL

Secretaria de Gestão de Pessoas

VISÃO – “Ser reconhecida como unidade de excelência nas práticas de gestão de pessoas no setor público no Estado do Espírito Santo”

MISSÃO – “Promover a gestão de pessoas a fim de contribuir com a efetividade dos objetivos do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Implantação do modelo de gestão de pessoas por competência

Processos Internos

Aprimorar o relacionamento com o jurisdicionado, operadores do direito e a sociedade como um todo

Desenvolver a tramitação dos processos judiciais com efetividade

Elevar a produtividade do Poder Judiciário

Implantar a Governança Judiciária

Pessoas

Instituição de um modelo de gestão de pessoas por competências

MAPA SETORIAL

Secretaria de Infraestrutura

VISÃO – “Ser reconhecida, no âmbito do setor público estadual, como órgão de referência, na aquisição e entrega de suprimentos, equipamentos e serviços de apoio às unidades judiciárias capixabas”

MISSÃO – “Prover todas as unidades do Poder Judiciário capixaba com produtos e serviços de apoio, a fim de dar suporte à execução das atividades administrativas”

Sociedade

Garantia de
acesso à justiça

Solução das demandas de forma
efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Imóveis regularizados e
bens inventariados

Suprimentos entregues no
prazo estabelecido

Unidades aparelhadas com mobiliário e serviços
adequados

Processos Internos

Gestão patrimonial

Contribuir com a elevação da
produtividade do Poder Judiciário

Contribuir para o desenvolvimento da tramitação dos
processos judiciais com efetividade

Orçamento e
Infraestrutura

Contribuir para dispor de infraestrutura que
satisfaça às exigências operacionais

MAPA SETORIAL

Secretaria de Tecnologia da Informação

VISÃO – “Ser reconhecido pela excelência dos serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) no âmbito dos tribunais estaduais de médio porte”

MISSÃO – “Prover soluções tecnológicas efetivas e apoiar a tomada de decisão, afim de que o Judiciário cumpra sua função institucional, por meio da adoção das melhores práticas de gestão”

Sociedade

Garantia de acesso à justiça

Solução das demandas de forma efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Informações para a tomada de decisões

Sistemas e infraestrutura de TI adequadas

Celeridade dos processos judiciais e administrativos

Processos Internos

Implantar a governança de TI

Otimizar e incrementar as possibilidades de acesso à justiça

Elevar a produtividade do poder judiciário Judiciário

Gerenciar as demandas repetitivas de grandes litigantes

Implantar gestão de custos

Orçamento e Infraestrutura

Assegurar sistemas e infraestrutura de ti adequadas

MAPA SETORIAL

Secretaria Geral

VISÃO – “Ser uma unidade reconhecida pelo Poder Judiciário como elo de integração e coordenação entre as unidades sob sua direção”

MISSÃO – “Coordenar, no âmbito de suas atribuições, as atividades administrativas e judiciais, na busca de integração entre as unidades e da realização de metas, propostas e diretrizes traçadas pela Administração do Poder Judiciário”

Sociedade

Garantia de
acesso à justiça

Solução das demandas de forma
efetiva, adequada e em tempo razoável

Poder Judiciário

Pauta administrativa em
tempo hábil

Passagens aéreas com
menores custos estabelecido

Trâmites administrativos em tempo razoável com efetividade

Processos Internos

Garantir agilidade nos
trâmites administrativos

Otimizar a aquisição de
passagens aéreas

Contribuir para a
implementação da
Governança Judiciária

Garantir o cumprimento da
legislação em vigência

Priorização

O método Grumbach fecha o ciclo do processo de gestão estratégica com a priorização e o ordenamento das iniciativas estratégicas.

A priorização emprega técnicas de análise multicritério e técnicas de rede para ordenamento das iniciativas estratégicas.

Foram definidos 7 critérios de avaliação para a priorização das iniciativas estratégicas:

1. Grau de Progresso
2. Obrigações de execução do projeto
3. Duração do projeto
4. Gestão Institucional
5. Impacto Social
6. Complexidade
7. Custo do Projeto

Cada uma das iniciativas estratégicas foi avaliada segundo os critérios elaborados. Como os critérios possuem diferentes graus de influência, as avaliações foram ponderadas segundo o peso estabelecido para cada um.

Ao final das avaliações, todas as iniciativas receberam uma pontuação final que definiu as posições na ordem de priorização.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

CRITÉRIO 1 - Grau de progresso (projetos em execução)	
Descrição:	Avalia a fase em que se encontra a execução da iniciativa estratégica
Polaridade:	Positiva
Peso:	2
Valor	Faixa
1	Não iniciado
2	Em planejamento
3	Até 25% do cronograma
4	De 25% a 75% do cronograma
5	> 75% do cronograma

CRITÉRIO 2 - Obrigações de execução do projeto	
Descrição:	Avalia a obrigatoriedade legal ou imposição/determinação do Conselho Nacional de Justiça de execução da iniciativa estratégica pelo Poder Judiciário.
Polaridade:	Positiva
Peso:	4
Valor	Faixa
1	Nenhuma
2	Recomendação
3	Imposição sem prazo
4	Imposição com prazo fora do exercício
5	Imposição com prazo no exercício

CRITÉRIO 3 - Duração do Projeto

Descrição:	Avalia a duração, cronograma de implementação, bem como prazo final de execução da iniciativa estratégica.
Polaridade:	Negativa
Peso:	2
Valor	Faixa
1	0 a 6 meses
2	7 a 12 meses
3	13 a 24 meses
4	25 a 36 meses
5	> 36 meses
OBS:	O prazo considera o mês em sua totalidade, desconsiderando os dias, ou seja, o projeto que tiver duração de meses e dias será considerado com a duração de meses imediatamente superior.

CRITÉRIO 4 - Gestão Institucional

Descrição:	Avalia o impacto na gestão das atividades do Poder Judiciário	
Polaridade:	Positiva	
Peso:	3	
Valor	Faixa	Requisitos
1	0 requisitos	Melhoria no clima organizacional
2	1 dos requisitos	Melhoria de sistemas de TI
3	2 dos requisitos	Melhoria de processos organizacionais
4	3 dos requisitos	Melhoria na infraestrutura
5	4 dos requisitos	

CRITÉRIO 5 - Impacto social		
Descrição:	Avalia a abrangência do impacto da iniciativa estratégica sobre o jurisdicionado e sociedade em geral	
Polaridade:	Postitiva	
Peso:	5	
Valor	Faixa	Requisitos
1	0 requisitos (ação interna)	Impacto no atendimento ao público no juizado especial
2	1 dos requisitos	Impacto na primeira instância (exceto juizado)
3	2 dos requisitos	Impacto na segunda instância
4	3 dos requisitos	Impacto na sociedade em geral
5	4 dos requisitos	

CRITÉRIO 6 - Complexidade		
Descrição:	Avalia a complexidade de execução, considerando aspectos internos e externos à instituição.	
Polaridade:	Postitiva	
Peso:	3	
Valor	Faixa	Requisitos
1	0 requisitos (ação interna)	Interfuncionalidade
2	1 dos requisitos	Articulação externa
3	2 dos requisitos	Contratação
4	3 dos requisitos	Alteração de norma (regimento, lei, etc - podendo ser interna ou externa)
5	4 dos requisitos	

CRITÉRIO 7 - Custo do Projeto

Descrição: Avalia o investimento necessário para a execução da iniciativa estratégica, desde a fase inicial de preparação da contratação até a conclusão desta.

Polaridade: Negativa

Peso: **3**

Valor	Faixa	Descrição das Faixas
1	Sem custo ou recurso externo	Projeto sem custo para o Tribunal de Justiça ou com recurso externo a fundo perdido.
2	Dispensa	Projeto com valor de execução até o limite de R\$8.000,00 para compras e serviços comuns e R\$15.000,00 para obras e serviços de engenharia.
3	Carta convite	Projeto com valor de execução até o limite de R\$80.000,00 para compras e serviços comuns e R\$150.000,00 para obras e serviços de engenharia.
4	Tomada de preço	Projeto com valor de execução até o limite de R\$650.000,00 para compras e serviços comuns e R\$1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia.
5	Concorrência	Projeto com valor de execução acima de R\$650.000,00 para compras e serviços comuns e R\$1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia.
OBS:	Valores definidos conforme artigos 23, incisos I e II e artigo 24, incisos I e II da Lei 8.666/93.	

ORDEM DE PRIORIZAÇÃO

A ordem de priorização das iniciativas do Poder Judiciário Capixaba para o período 2015-2020 ficou definida da seguinte forma:

1. Reestruturar a STI – Recursos humanos e Estrutura Organizacional
2. Incentivar a gestão de audiências com pautas temáticas
3. Assegurar de forma suficiente os recursos do Tesouro Estadual
4. Criar Normas Internas para estímulo aos Meios Alternativos de Solução de Conflitos
5. Convergir e integrar os sistemas legados
6. Implementar Cultura de Pacificação Social
7. Priorizar atuação de forma pré-processual
8. Criar e Implantar os CEJUSC's (Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania)
9. Desenvolver Programa de Capacitação continuada para formação de instrutores, mediadores e conciliadores em parceria com o CNJ
10. Programa de atualização dos processos de trabalho
11. Plano de Comunicação visando à divulgação das Ações Institucionais e Sociais do Poder Judiciário
12. Estruturar e unificar o sistema virtual de acesso à justiça
13. Elaborar e implementar programa de comunicação visando a disseminação de todas as informações necessárias à efetividade da tramitação processual
14. Elaborar e implementar programa de educação e sensibilização de utilização sustentável dos recursos materiais
15. Elaborar e implementar projeto de monitoramento sobre os custos de funcionamento das unidades judiciárias



- 
16. Contratar o serviço de suporte técnico – Service Desk
 17. Atuar na gestão de conflitos coletivos
 18. Implantar o Processo Judicial Eletrônico
 19. Integrar os CEJUSC's aos outros órgãos do Poder Judiciário
 20. Implantar o Gerenciamento de Serviços de TI
 21. Apoiar mecanismos externos de solução de conflitos, contribuindo para a redução da judicialização
 22. Capacitar o público interno - servidores e magistrados - para o relacionamento com os públicos
 23. Atualizar o parque tecnológico
 24. Aprimorar realização de mutirões
 25. Gerenciar os recursos de infraestrutura de forma a maximizar sua utilização
 26. Implantar sistema de automatização de gestão da capacitação e do desempenho por competência
 27. Implantar sistema de automatização de processos de administração e de gestão de pessoas
 28. Capacitar os servidores para atendimento e triagem
 29. Elaborar e implementar programa de reforço em unidades judiciárias com elevado número de processos pendentes de julgamento
 30. Criar estrutura física e de pessoal para a manutenção das atividades do Núcleo
 31. Gerenciar e adequar recursos tecnológicos de forma a maximizar sua utilização para uma melhor produtividade
 32. Implantar política de priorização do 1º grau
 33. Mapear, padronizar e aperfeiçoar os processos de Trabalho

34. Adequar sistemas eletrônicos à tramitação e julgamento concentrado das ações
35. Programa de diagnóstico e fiscalização dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública
36. Diagnosticar e mapear as demandas repetitivas dos grandes litigantes
37. Redesenhar a estrutura judiciária
38. Elaborar e implementar programa de capacitação dos servidores e magistrados para atividade judiciária
39. Instituir Código de Ética e Conduta no PJES
40. Desenvolver um programa de capacitação e formação de magistrados e servidores
41. Implantar projeto Datacenter backup visando a Gestão de Continuidade de Negócio
42. Implantar o Gerenciamento de Segurança da Informação
43. Aprimorar o sistema de logística de tramitação processual no primeiro e segundo graus
44. Implantar programa de capacitação para atuação específica com demandas de massa
45. Implantar um sistema integrado de segurança eletrônica em todas as unidades do Poder Judiciário
46. Incentivar a participação de instituições de ensino e pesquisa nas atividades do Núcleo
47. Elaborar e implementar programa de adequação das unidades à legislação e às regras do CNJ, baseado em um plano de obras até 2020
48. Adequar quadro de pessoal

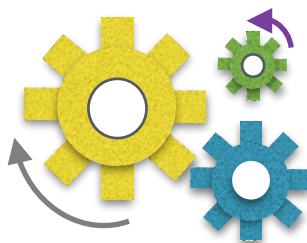


- 
49. Estruturar e ampliar as centrais de abertura de processos dos juizados especiais
 50. Reorganizar as Centrais de Abertura de Processos
 51. Adequar a força de trabalho a um alto nível de produtividade
 52. Aprimorar o Programa de Comunicação Organizacional Interna do Poder Judiciário
 53. Implantar gestão coordenada de alterações na tramitação de processos
 54. Elaborar e implementar programa de capacitação para combate à improbidade administrativa e a crimes contra a administração pública
 55. Adquirir e Implantar um Sistema Integrado de Gestão Administrativa
 56. Reformar e ampliar unidades do Poder Judiciário, baseado em plano de obras até 2020
 57. Estabelecer novas infraestruturas judiciárias para atender as necessidades operacionais atuais
 58. Aperfeiçoar a metodologia de estimativa da despesa
 59. Implantar gerenciamento de projetos
 60. Elaborar e implantar programa de gestão de conflitos
 61. Implantar o Gerenciamento de Projetos
 62. Criar modelo com foco na gestão da informação para orientação aos magistrados e aos servidores
 63. Implantar o Gerenciamento de Processos
 64. Estruturar a unidade gestora de pessoas
 65. Implantar regimento interno administrativo de gestão de Pessoas
 66. Implantar regimento interno administrativo
 67. Instituir parcerias com instituições públicas e privadas para realização de perícias técnicas

68. Redesenhar a estrutura administrativa
69. Programa de divulgação do andamento dos processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública
70. Contratar empresa especializada para mapear e diagnosticar as competências organizacionais e individuais
71. Implantar programa de desligamento voluntário
72. Estabelecer nova estrutura física para o fórum de Vitória
73. Revisar e aperfeiçoar o controle orçamentário
74. Reorganizar as atividades de administração de pessoal visando a descentralização das atividades operacionais
75. Promover ações voltadas para a qualidade de vida dos Trabalhadores
76. Criar programa sobre assédio moral
77. Reestruturar as áreas de planejamento e de controle de Gestão
78. Fortalecer relação com entidades classistas
79. Estabelecer nova estrutura física para o Centro Avançado dos Juizados Especiais (CAJE), englobando todas as unidades judiciárias do sistema de juizados especiais de Vitória
80. Elaborar e Implementar Programa de Gestão da Mudança
81. Criar programa de incentivos por produtividade
82. Implantar um sistema informatizado de Gestão de Custos
83. Aperfeiçoar o plano de cargos, vencimentos e benefícios dos servidores
84. Instituir programa de capacitação em Gestão de Custos
85. Definir critérios de priorização e estabelecer metas internas de julgamento de processos de improbidade administrativa e de crimes contra a administração pública



- 86. Otimizar o sistema de arrecadação de recursos próprios
- 87. Priorizar a segurança e saúde ocupacional com foco na Prevenção
- 88. Reorganizar a Estrutura (Física, Tecnológica e de Pessoal) para funcionamento do NUPEMEC como órgão Gestor da Política de Pacificação Social
- 89. Aprimorar as atividades do NURER (Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos)
- 90. Implantar central de atendimento de magistrados e Servidores
- 91. Dinamizar canais de comunicação com as partes interessadas
- 92. Desenvolver programa de preparação de sucessores
- 93. Elaborar e implementar projeto para aprimorar o Planejamento de Contratações e o Sistema de Compras
- 94. Desenvolver sistema de liderança
- 95. Aprimorar o programa de gestão de desempenho
- 96. Plano de Logística Integrado e de Manutenção Preventiva
- 97. Construir uma sede administrativa



MONITORAMENTO

Por meio do Planejamento Estratégico 2015-2020, será possível avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade da atuação do Poder Judiciário Capixaba.

Essa avaliação é realizada de duas formas: pelas **Reuniões de Análise da Estratégia** e pelos **Indicadores de Resultado**.

- Reuniões de Análise da Estratégia (RAE's)

Em reuniões periódicas, a Administração do Poder Judiciário Capixaba acompanhará a execução das iniciativas, ou seja, avaliará se os Programas, Projetos e Ações estão sendo implementados conforme o planejado.



Nessas Reuniões de Avaliação da Estratégia, servidores e magistrados apresentarão a situação dos Programas, Projetos e Ações sob sua responsabilidade, informando quais foram as atividades realizadas e se há atrasos ou pendências.

Essas informações servirão como subsídio para a tomada de decisão da Administração do Poder Judiciário Capixaba em relação à estratégia a ser seguida.

- Indicadores de Resultado

Os indicadores do Planejamento Estratégico 2015-2020 são importantes instrumentos para mensurar os resultados e gerir o desempenho da estratégia.

Eles permitem verificar se a execução dos Programas, Projetos e Ações que foram elaborados estão efetivamente contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos.



Os indicadores são associados a um dos objetivos do Planejamento Estratégico 2015-2020 e permitem a análise de informações presentes com base nas anteriores.

Além disso, em cada indicador são estabelecidas metas, que servem para comunicar a todos os magistrados, servidores e cidadãos a velocidade de implementação da estratégia e a amplitude do desafio a ser superado pelo Poder Judiciário Capixaba no alcance de seus objetivos.

A divulgação dos resultados apurados nos indicadores ocorre de acordo com a periodicidade de mensuração de cada indicador.

CONTATO

A área responsável pela gestão do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Espírito Santo é a Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica (APOGE) do Tribunal de Justiça.



FALE CONOSCO:

Email: apoge@tjes.jus.br

Telefones:

(27) 3334 - 2188

(27) 3334 - 2086

(27) 3334 - 2379

(27) 3334 - 2380

Quaisquer dúvidas, sugestões ou reclamações podem ser feitas por meio de email, telefone ou diretamente na APOGE.